

REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932 -1934): O ENSINO ATIVO NA GEOGRAFIA ESCOLAR A PARTIR DA ABORDAGEM DE UM CENTRO DE INTERESSE

Angélica Mara de Lima Dias

angelica.mara2@gmail.com¹

Maria Adailza Martins de Albuquerque

dadamartins@ig.com.br²

Resumo

A Revista do Ensino da Paraíba foi um órgão oficial da imprensa educacional do estado que circulou entre os anos de 1932 a 1942. Em nossa pesquisa este período de circulação foi dividido em duas fases: a primeira de 1932-1934, marcada pelo movimento de renovação educacional (inspirado nas ideias da Escola Nova), e a segunda de 1936 – 1942, marcada, com maior ênfase, pela política nacionalista empreendida pelo governo de Getúlio Vargas. Neste trabalho temos por objetivo analisar as propostas didáticas difundidas na Revista do Ensino da Paraíba destinadas a disciplina Geografia durante sua primeira fase de circulação. Para analisar esse impresso pedagógico local, recorreremos a André Chervel (1990) sobre a importância de pesquisas que prezem pelo estudo das disciplinas escolares e pela cultura escolar. Além deste autor, outros como Catani (1996); Albuquerque (2011) e Le Goff (2003) nos deram embasamento teórico sobre a temática tratada. Como procedimentos metodológicos, nos debruçamos na catalogação, análise e sistematização das informações colhidas a partir das fontes, ou seja, dos exemplares da referida Revista, e mais especificamente tratamos de 1 plano de aula intitulado Centro de Interesse. Como resultados, nossa pesquisa mostra quão férteis são os impressos pedagógicos para a compreensão para da Geografia escolar no contexto educacional em que estão inseridas essas publicações, constituindo-se fontes privilegiadas para o campo.

Palavras-chave: Impressos pedagógicos, Renovação educacional, Geografia escolar.

Introdução

A década de 1930 no Brasil marca o país pela transição de uma nova ordem, etapa importante para a definição dos rumos de seu desenvolvimento econômico. Esta transição

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba/Campus III. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ensino, Meio Ambiente e Cidade/UFCG e Grupo de Pesquisa Ciência, Sociedade e Educação/UFPB. Trabalho resultado parcial da pesquisa de doutoramento intitulada “Revista do Ensino e a Geografia Escolar (1932 – 1942): inovações educacionais na Paraíba.

² Professora doutora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade.



intentava a construção de um projeto de brasilidade (CURY, 2013), tendo na educação um de seus pilares balizadores. Em consonância com a modernização da educação em âmbito nacional o estado da Paraíba também empreendeu projetos educacionais, como a criação de uma revista pedagógica destinada a orientar os professores primários.

A *Revista do Ensino* da Paraíba circulou durante os anos de 1932 – 1942, compreendendo um período marcado, no Brasil, por um movimento de renovação educacional inspirado nos ideais da Escola Nova e uma política nacionalista (CARVALHO, 1995) que teve à frente do governo federal o presidente Getúlio Vargas. Esse tipo de impresso de caráter pedagógico era tido como imprescindível em um momento quando não havia cursos superiores destinados a formação de professores especialistas.

Sendo assim, neste trabalho direcionamos o nosso olhar para os anos de 1932 à 1934, período que marca o primeiro ciclo de circulação da *Revista de Ensino* da Paraíba, impresso utilizado como fonte desta pesquisa. Nosso objetivo principal é compreender a Geografia proposta para escola primária paraibana durante o período supracitado. Para tanto, analisamos um plano de aula - denominado Centro de Interesse – publicado na referida *Revista*.

Salientamos que trabalhamos na perspectiva da teoria das disciplinas escolares defendida por Chervel (1990). Para quem estas são criações espontâneas e originais do sistema escolar e, nesse contexto, alguns elementos são essenciais para estudá-las, manuais, periódicos, registros de professores, exercícios e atividades propostas para os alunos, procedimentos de avaliação, entre outros. Desta forma, as revistas de ensino se constituem como fontes privilegiadas para compreensão das proposições de práticas escolares e da cultura produzida pela e para escola (CATANI, 1996). Aspectos como as iniciativas locais, institucionais, incluindo outros específicos da vida e cultura escolar, estão expressos de forma evidente nesse tipo de periódico.

Acreditamos que fontes externas ao campo geográfico são ricas e podem nos contar a história de uma disciplina escolar que antecede a própria institucionalização da Geografia acadêmica no Brasil. Assim, ao estudarmos a história dessa disciplina escolar estamos produzindo também História do Pensamento Geográfico, desmistificando que esta é feita somente a partir de análises de documentos internalistas (MACHADO, 2000).

Para melhor compreensão do texto, o organizamos da seguinte forma: iniciamos discutindo brevemente, a renovação educacional ocorrida no Brasil a partir dos ideais

escolanovistas e o papel das revistas pedagógicas, ressaltando o da *Revista do Ensino* da Paraíba. A seguir, tratamos da Geografia que é preconizada pelos ideais renovadores a partir do ensino ativo. Por fim, analisamos um plano de aula publicado no referido periódico, datado de 1932, para discutirmos o delineamento dado a Geografia conforme os interesses de uma época.

Revistas Pedagógicas e a Renovação Escolanovista da Década de 1930

Como instrumento privilegiado para a construção do conhecimento, a imprensa pedagógica “constitui-se em um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador pesquisar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social” (BASTOS, 2002, p. 173). Segundo a autora, a criação de periódicos pedagógicos pode ser explicitada tanto por fenômenos de ordem propriamente educativa, quanto por fatos de ordem social ou política.

Sendo assim, os impressos pedagógicos podem ser caracterizados por livros didáticos, manuais escolares, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas à professores (RODRIGUES e BICCAS, 2015). Para estas autoras, tal multiplicidade de materiais tem finalidades didáticas funcionais, como dispositivos de normatização pedagógica e como suporte material para as práticas escolares. Para Valdemarin e Pinto (2010), os impressos pedagógicos vão além de:

[...] um conjunto de folhas impressas que formam um volume; são, definitivamente, um produto fabricado, difundido e consumido [...] e se inserem no mesmo contexto político de outros materiais didáticos, dependem do contexto econômico, político e das regras de avaliação emitidas por agentes governamentais (p. 168).

Dentre a multiplicidade de impressos pedagógicos, destacamos aqui as revistas ou periódicos educacionais. A palavra revista deriva do inglês *review* e data de 1705, tendo a definição de “publicação periódica mais ou menos especializada, geralmente mensal, que contém ensaios, contos, artigos científicos, etc.” (MARTINS, 2001, p. 45). Para a autora, a gênese da palavra no Brasil data o final do século XIX, quando esta assume o caráter de periódico. Assumindo características de uma publicação que reúne diversos assuntos, por vezes bastante seletivos, a definição de revista se contrapõe à livro por sua efemeridade (ROCHA, 1985).



A Escola Nova – movimento de renovação educacional - teve importante papel nas questões do aperfeiçoamento da educação. No cenário sócio-político, podemos afirmar que as inovações propostas pelo escolanovismo estiveram efetivamente associadas ao movimento de modernização da sociedade brasileira. É neste contexto de “ideário reformista pedagógico” (MATE, 2002, p. 41) que as revistas sobre educação ganham maior expressividade, sendo estas responsáveis por divulgar orientações sistemáticas estabelecidas a partir de programas das reformas de ensino contendo regras e normas de funcionamento escolar, tradução de novas tendências pedagógicas trazidas do exterior e recriação de métodos pedagógicos.

É nesse contexto que na Paraíba, em 1932, o escolanovista José Baptista de Mello – diretor do ensino primário do estado - criou a *Revista do Ensino*, visando maior e melhor aprimoramento do corpo docente do estado.

A referida revista circulou por uma década (1932-1942), nesse período foram publicados 18 números, distribuídos em 15 exemplares³. Este impresso assume dupla personalidade, uma vez que atenta para mudanças educacionais, mas também propaga os efeitos políticos do estado. Sua periodicidade apresenta irregularidades, sendo este um periódico escrito por e para professores. Estes também eram o público leitor e financiador obrigatório da publicação, uma vez que a assinatura da mesma vinha descontada em folha de pagamento dos professores primários.

Em seu ciclo de existência, este periódico educacional passou por duas fases: a primeira que vai de 1932 à 1934, quando trata de divulgar e preparar o professor no que se refere aos pressupostos da Escola Nova e a segunda fase de 1936 à 1942, quando ganha nova orientação pedagógica, principalmente, com a efetivação do Estado Novo no Brasil.

Neste trabalho iremos nos deter à primeira fase de circulação da *Revista*, mais especificamente às proposições feitas para a disciplina Geografia e seu ensino ativo.

O Ensino Ativo e a Geografia Escolar

³ A periodicidade dessa revista foi, por muitas vezes, irregular, lançando em um mesmo ano mais de um exemplar contendo mais de um número, a saber: 4 e 5 (Anno II, Março, 1933); 6 e 7 (Anno II, Setembro de 1933); 8 e 9 (Anno III, Março de 1934). Por ano foram publicados em média entre dois e três exemplares, em alguns anos chegou a circular um único exemplar.

No que se refere a renovação didática, John Dewey – um dos expoentes do escolanovismo na década de 1930 - defende o ensino ativo, que mostra uma escola vista como miniatura da sociedade, sendo as ocupações colaborativas o método de ensino.

Segundo Souza (2008), a escola ativa, em seu conjunto de inovações, envolveu: a globalização do ensino entendido como desenvolvimento do programa com base em centros de interesse, métodos de projetos ou outras formas de integração das matérias, a utilização de atividades diversificadas, a realização de excursões, a utilização de salas-ambiente, a prática de atividades agrícolas e outras ações que rompiam com a rotina da sala de aula. A autora ainda acrescenta que outra dimensão da renovação do ensino primário pela Escola Nova foi constituída pelas instituições auxiliares – biblioteca infantil, cinema educativo, cooperativa, jornal infantil, banco escolar, horta, clube agrícola, orfeão, associação de pais e mestres, caixa escolar, assistência dentária, entre outras.

Do ponto de vista curricular, era fundamental a reconstrução dos programas escolares. O caráter prático que passa a ter a escola primária, concebe-a como escola do trabalhador. Nessa perspectiva, outras finalidades também se estabelecem para a escola como um todo e com especificidades para as disciplinas. Para o ensino de História e Geografia o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade torna-se central (BITTENCOURT, 1990).

Na concepção de Dewey (1959, p. 231), “a história e a geografia [...] são por excelência estudos escolares informativos [e por isto] deve-se empregar a descoberta desta função como um critério para se experimentar e selecionar os fatos e os métodos de seu ensino”. Para o autor, a Geografia exerce influência educativa a partir da conexão dos fatos naturais e os eventos sociais, já expressa em sua clássica definição como descrição da Terra em caráter de moradia do homem. Com o caráter prático que permite ao aluno experimentar experiências a partir do contato direto com o meio, a Geografia, associada ao recurso da imaginação, possibilitaria a este entrar em contato com locais distantes que não poderia conhecer senão através dos livros.

Do ponto de vista metodológico, o ensino de Geografia tinha início pelo reconhecimento do meio mais próximo da criança – a sala de aula, a escola, o bairro, a cidade - e evoluía para a representação gráfica, valorizando as riquezas do país (SOUZA, 2008). Mesmo com a propagação de uma Geografia moderna que tinha bases nas proposições escolanovistas, “uma das principais finalidades da matéria continuava sendo a formação cívica e moral do povo e a melhoria da nação brasileira” (SOUZA, 2008, p. 68).



O ensino ativo na Geografia proposto por Dewey, veio a corroborar com as críticas feitas a esta disciplina, mesmo antes do advento da Escola Nova, que carregava consigo práticas que sobrevalorizavam a memorização e listas de nomenclaturas. Para Albuquerque (2011), para além das práticas mnemônicas e de nomenclaturas como conteúdos, a Geografia escolar até início do século XX, seguia uma vertente europeizada, portanto, se fazia urgente uma Geografia pátria, que difundiria o sentimento patriótico e colaboraria com a construção de uma identidade nacional.

Seguindo uma vertente patriótica, mas imbuído de ideias educacionais renovadas, é que na década de 1920, se destaca no Brasil a figura do professor Delgado de Carvalho, defensor não só de uma Geografia brasileira, mas também da renovação de métodos específicos de ensino em sala de aula. Com esta preocupação, é que Carvalho publicou em 1925 a obra *Methodologia do Ensino Geographico*, sendo responsável pela inserção de uma Geografia científica a partir da escola.

Bastos (2005) salienta a importância da Geografia em um contexto de ensino ativo uma vez que esta matéria por si “se presta à globalização, um dos princípios da escola ativa, servindo de ponto de partida às demais atividades” (p. 271). A autora ainda acrescenta que o ensino da Geografia possibilitaria:

Nutrir e fortalecer o amor à pátria, cultivar o sentido da realidade das coisas, estimular o sentimento de tolerância e de amizade para com os povos estrangeiros, contribuir para corrigir a miopia intelectual da política de campanário e de muita utilidade para a maioria dos ofícios e profissões humanas. [Entretanto] Para que a geografia se tornasse interessante ao aluno e alcançasse seus objetivos, era recomendado que os fatos geográficos fossem apresentados de forma progressiva, isto é, “os fatos devem ser vistos em suas relações causais na vida humana ou individual”. Essa metodologia desenvolveria o “esforço intelectual e raciocínio interessado, por compreender as relações e resolver problemas surgidos naturalmente no desenvolvimento do estudo”. Dessa forma, o ensino ativo de geografia estaria formando “pensadores geográficos e não decoradores” (Idem, ibidem).

Para tanto, são sugeridos recursos didáticos como as excursões, as viagens imaginárias (simuladas), projeções, trabalhos manuais, jogos, mapas em madeira, gabinetes de Geografia, entre outros. A disciplina Geografia, associada ao caráter prático proposto pelo ensino ativo, que permite ao aluno experimentar experiências a partir do contato direto com o meio atrelado ao recurso da imaginação, permitiria a este entrar em contato com locais distantes que teria a oportunidade de conhecer por meio dos livros.

Para Bastos (2005), a Geografia é representada como matéria que mais se presta aos novos métodos de ensino, no entanto, por vezes é colocada como secundária no currículo ou programa de ensino por “falta de compreensão de seus valores e preparo insuficiente dos professores” (p. 270). Nesse sentido, as revistas pedagógicas assumiram papel relevante no que se refere a orientações para instrumentalização do ensino de Geografia nas escolas.

A Geografia na Revista do Ensino da Paraíba (1932 – 1934)

Seguindo as diretrizes essenciais do movimento de reconstrução escolar propostas por Dewey (1959) - a criança como centro da escola; a reconstrução dos programas escolares; e a organização psicológica das matérias escolares - em 1932, a Diretoria do Ensino Primário da Paraíba estabelece novos programas, e os publica na *Revista do Ensino* para conhecimento do seu professorado.

Tal programa de ensino, apesar de estabelecer disciplinas específicas, não as tratava de forma isolada, mas sim agrupadas por centros de interesse, baseados no sistema Decroly. Dessa forma, os conteúdos das diferentes matérias são articulados a partir da escolha de temáticas que venham a ser de interesse dos alunos que serviriam como ponto de partida para a observação, associação e sistematização – etapas do sistema de centros de interesses.

Para além de uma organização curricular, os centros de interesse aparecem também nas prescrições da *Revista do Ensino* da Paraíba como orientação metodológica para execução das atividades em sala de aula. Sendo assim, ficam estabelecidos os centros de interesse: a) A árvore (1º ano); O algodão (2º ano); O boi (3º ano); A água (4º ano); Meios de transporte (5º ano); Auxílio que os animais prestam ao homem (6º ano).

O método pelos centros de interesse e a globalização da aprendizagem consistia em estudo centrado na criança e no ambiente onde ela vive, de forma a se ampliar em movimentos concêntricos, substituindo métodos verbais pelos intuitivos, ativos e construtivistas. Dessa forma havia a prioridade nas atividades manuais, relacionadas aos próprios centros de interesse, no qual todos os conteúdos deveriam ser organizados como meios de comunicação.

A proposta de centros de interesse se diferencia por criar uma relação entre as disciplinas partindo de um mesmo centro. Qualquer que venha a ser o tema eleito “apresenta aspectos científicos, econômicos, geográficos, históricos, literários, jurídicos que requerem a introdução de técnicas e de noções emprestadas das diversas áreas, sem que seus laços jamais se percam



de vista” (DUBREUCQ, 2010, p. 40). Um centro de interesse dá origem a outro, alguns exigem mais tempo para execução, outros menos. No entanto, todos atendem a três fases: observação, associação e expressão.

Ao iniciar as etapas dos centros de interesse com a observação, mostra uma relação ao ensino intuitivo. Apesar da Escola Nova reivindicar para o momento uma escola ativa, segundo Dubreucq (2010, p. 43), o método decrolyano é “intuitivo e construtivista. Ele leva a criança a mobilizar seus recursos pessoais, internos, para elaborar seu próprio saber. Produz os materiais que melhor lhe convêm e que ele utilizará em toda a sua vida”.

O ato de observar seria assim o primeiro passo para pôr em movimento as demais etapas propostas. Após este primeiro momento, segue a etapa de associação, na qual o aluno, auxiliado pelo professor, passa a associar as noções observadas, como uma verificação da experiência. Durante os exercícios de associação:

[...]aparece a orientação e o mapa, e, assim, o estudo da geografia, de uma geografia viva e interessante, não da decoração de listas de acidentes ou feitura mecânica de cartogramas. [...] [aparecem]os exercícios de associação no tempo, ou seja, da história [...] [e] as associações relativas à adequação do meio às necessidades do homem (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 290-291).

A partir de um centro de interesse observado, a associação material deste requer noções de História e Geografia, uma vez que é preciso que o mesmo esteja situado no tempo e no espaço. Para Lourenço Filho, a associação no espaço e no tempo “substitui a história e a geografia concebidas, ademais, de um ponto de vista mais amplo” (2002, p. 291). Ou seja, amplia a visão simplista divulgada nos livros da época.

A terceira e última etapa, a expressão, compreende aos exercícios de linguagem, ortografia, trabalhos manuais e desenho, que correspondem as necessidades individuais e sociais dos alunos. Os exercícios de expressão, acabam por desenvolver nas crianças “a educação do corpo, dos sentidos, da mão, do contato com as coisas e não com os livros, na turbulência de um meio vivo e não no silêncio morto da sala de aula” (DUBREUCQ, 2010, p. 25).

Para melhor entendimento da proposta decrolyana, trazemos o exemplo do centro de interesse A árvore, proposto para o 1º ano primário, publicado na *Revista do Ensino* (PB) no ano de 1932. No programa de ensino, na qual encontramos a seguinte ementa para esta temática integralizadora:

1º anno – A arvore⁴ - Levar a classe a observar uma arvore. A sombra, o tronco, os galhos, os ramos, as folhas, as flores, etc. O vento. Na sala de aula observar os objetos feitos de madeira. Sendo possível mostrar um tronco de arvore cortado e ensinar os nomes de diversas partes, tocando-as as crianças. Falar da lenha, do carvão e da protecção que os meninos devem dispensar ás plantas. Fazer observar pedaços de madeiras toscas e inverizadas. Arvores fructiferas. O pomar. Outras arvores. A laranjeira, flores, fructas, espinhos. A roseira, espinhos como a laranjeira. O jardim. Arbustos. O cafeeiro. Algumas arvores das nossas mattas. O Pau Brasil. O Pau-d’Arco. Suas flôres. Epocha de floração. Parasitas. Raizes aereas. Outras raízes. Alimentação e respiração das plantas. Plantas medicinaes. Folhas grandes e pequenas. Collecional-as. Paserinhos, ninhos. Abelhas e outros insectos, etc. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 82).

No que se refere diretamente ao planeamento do centro de interesse, no mesmo ano foi publicado no periódico em tela um plano de aula da professora Maria Paulina S. Coêlho que leva título homônimo, como podemos visualizar a seguir:

A arvore – Era um jequitibá formidável, o mais velho da selva, sem galhos, sem folhas; o tronco apenas avultava entre as arvores frondosas, como um mastro colossal. Junto á raiz uma broca profunda, debruada a musgos, em volta samambaias caprichosas e cipoais retorcidos, nos quaes os gaturamos penduravam os ninhos. O machado dos lenhadores respeitava-o: era o patriarca venerado da selva, encanecido e minado pelo tempo. Procuravam-no apenas os marimbondos que colavam os seus alvéolos ao vetusto tronco ou os bemtivis que, empoleirados na grimpá, cantavam ao nascer do sol e ao cair da tarde. Todas as arvores contemporâneas haviam tombado, só elle resistia marcando, como um deus termo, a fronteira selvagem. Davam-lhe séculos e um mateiro disse, certo dia: - Esse é do tempo dos caboclos. Já nem casca tem mais, coitado! E’ poeira que está de pé, sabe Deus como. (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 25).

De acordo com a transcrição acima, o planeamento do centro de interesse inicia por uma a leitura de carácter mais geral, como forma de chamar a atenção do aluno para o tema. Em seguida, a professora apresenta propostas de como trabalhar as disciplinas/conteúdos de Língua materna, Aritmética, Geografia, Corografia, História natural, História do Brasil e Higiene, bem como orienta atividades de trabalhos manuais e desenho a partir da temática de interesse escolhida. A seguir, destacamos a proposta para o trabalho em Geografia:

Geographia - A madeira: um dos grandes factores economicos de um paiz. Vegetação de clima frio, temperado e quente. *Chorographia* - As grandes

⁴ As citações aqui trabalhadas se apresentam sua forma original de escrita.



florestas do Brasil. A seringueira, os pinheiros, a carnaubeira, o cedro, o juazeiro, o pau-ferro, o pau-Brasil, o pau-d'arco, o louro, a massaranduba, a carnauba, aroeira, o githy, a sucupira, a mangabeira, etc. (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 26. *Grifos nossos*).

Como podemos ver, a Corografia está presente no planejamento, mesmo não havendo mais referência a esta como disciplina no currículo do período. Acreditamos que esta aparece no planejamento da professora como tema ou conteúdo para ser trabalhado na Geografia. Observamos assim, permanências de um passado, não muito distante, nas proposições da professora.

Outra prescrição que nos chamou atenção foi o item *Trabalhos Manuais* o qual enuncia “Recortar uma árvore e intercal-a n’uma paisagem, em que exista um vasto campo” (REVISTA DO ENSINO, nº 1, 1932, p. 27). Vemos então nesta proposta mais uma relação com os conteúdos da Geografia, neste caso, a paisagem e a vegetação.

Os Trabalhos Manuais e o Desenho aparecem no programa como disciplinas integralizadoras ou que trazem contribuições às demais disciplinas do programa escolar. Para Pinheiro e Munakata (2017) além do desenvolvimento da destreza manual, treino para uma visão precisa e apurada, os Trabalhos Manuais e o Desenho ainda contribuem para o cultivo de virtudes morais como o amor ao trabalho e o trato para o temperamento engenhoso das crianças.

Essa proposta, assim como outras, presente na *Revista de Ensino* evidencia a possibilidade de articulação das diversas disciplinas e tipos de conhecimentos em torno de um centro de interesse. Mais que isso, indica, por sua autoria, a apropriação desse tipo de inovação metodológica por professores paraibanos da época e a divulgação de possibilidades de ensino de Geografia que poderiam ser capazes de afastá-lo do seu caráter mnemônico.

Considerações finais

Diante do exposto, entendemos que as proposições da Escola Nova para a modernização do ensino que foram incorporadas pela *Revista do Ensino* da Paraíba durante seu primeiro ciclo de existência, traziam rupturas com o passado, mas também proposições conservadoras e, do ponto de vista do método, significativas inovações, reafirmando a ideia de Le Goff (2003) de que a modernidade traz o novo, mas permanece com o velho.

Podemos afirmar que as inovações propostas pelo escolanovismo – como a organização dos programas por centros de interesse - estiveram efetivamente associadas ao movimento de modernização da sociedade brasileira.

A Geografia proposta na *Revista do Ensino* da Paraíba - em seu primeiro ciclo de existência - que se destinava a formação dos professores contribuiu para a construção de um projeto de nação, acompanhando a proposta de modernização e inovação de uma época. O contexto que o estado da Paraíba mostra neste recorte temporal, possibilita afirmar que esta acompanha o que vem acontecendo em âmbito nacional, quebrando o estereótipo de estado atrasado e à margem do centro.

As prescrições didáticas aqui analisadas a partir de um Centro de Interesse publicado na *Revista do Ensino* da Paraíba comungavam com as prescrições escolanovistas e, dessa forma, com os autores que se preocupavam com as formas de ensinar Geografia, como é o caso de Delgado de Carvalho.

Não nos cabe identificar se e como as propostas seriam utilizadas no espaço/tempo das escolas deste início de século XXI. A reflexão feita busca descortinar processos e propostas metodológicas para o ensino de Geografia daquele tempo. Da mesma forma, ressaltar o processo permanente de transformações e permanências da Geografia escolar no Brasil e, mais especificamente, na Paraíba.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria Adailza M. Século de prática de ensino de Geografia: permanências e mudanças. In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; KAERCHER, Nestor André. (Orgs.). *Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio*. Porto Alegre: Penso, 2011.

BASTOS, Maria Helena C. A imprensa periódica educacional no Brasil de 1808 a 1944. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. p. 173-187.

BASTOS, Maria Helena C. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939 – 1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Editora Loyola, 1990.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. *Methodologia do Ensino Geographico*. Petropolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1925.



CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciências Política*, Niterói, nº 1, Jan./Jun. 1995.

CATANI, Denice Bárbara. A Imprensa Periódica Educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10 n. 20) p. 115 – 130, 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928/842>> Acesso em: Jul. 2017.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, v. 2, p. 177 -229, 1990.

CURY, Cláudia Engler. *Abrindo o baú de memórias: políticas culturais no Brasil – subsídios para construções de brasilidade (1930 – 1990)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

DEWEY, John. *Democracia e Educação*. 3ª ed. [Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira] São Paulo: Companhia Editora nacional, 1959.

DUBREUCQ, Francine. *Jean-Ovide Decroly*. [Tradução de Carlos Alberto Vieira Coelho, Jason Ferreira Mafra, Lutgardes Costa Freire, Denise Henrique Mafra]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. [Coleção Educadores]. Disponível em: <https://dominiopublico.io/Francine-Dubreucq/Jean-Ovide-Decroly/> Acesso em: Dez./2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. revista. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. *Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 14 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MACHADO Lia Osório. História do Pensamento geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa. *Revista Terra Livre*. Rio de Janeiro: Ano I, n. 1, jan/jun. 2000. p. 110-134.

MARTINS, Ana Luiza. A Palavra Re[vista]. In: _____. *Revistas em Revista – Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 45 – 96.

MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: EDUSC; Brasília: INEP, 2002.

PINHEIRO, Tainã M.; MUNAKATA, Kazumi. Os Trabalhos Manuais na Escola Republicana. In: BRAGHINI, Katya Nitsuko Zuquim; MUNAKATA, Kazumi; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. (Orgs.). *Diálogos sobre a História da Educação dos Sentidos e das Sensibilidades*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 233 – 254.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 1, abril. João Pessoa: Imprensa Official, 1932.



REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 2, julho. João Pessoa: Imprensa Official, 1932.

ROCHA, Clara. *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929 – 1930). *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, Abr./Jun, 2015. Disponível em: <<http://www.uem.br/acta>>. Acesso em: Mar./2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: o ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

VALDEMARIN, Vera Teresa; PINTO, Adriana Aparecida. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 39, n. 25, p. 163-187, set./dez. 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4018> > Acesso em: Jan./2018.